

PISA 2012: caminhos possíveis para melhorar os índices do Brasil

Prof^a Me. Manuelina Cabral Dirigente Municipal de Educação de Costa Rica/ MS Vice-presidenta da Undime

Os dados do PISA 2012 estão disponíveis e comprovam a situação da educação brasileira dentre os 65 países participantes, em termos comparativos:

Matemática: 58º lugar

Leitura: 55º lugar

Ciências: 59º lugar

Quadro comparativo dos resultados do Brasil no PISA desde 2000.

	Pisa 2000	Pisa 2003	Pisa 2006	Pisa 2009	Pisa 2012
N° de alunos participantes	4.893	4.452	9.295	20.127	18.589
Leitura	396	403	393	412	410
Matemática	334	356	370	386	391
Ciências	375	390	390	405	405

Anos Iniciais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado					Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021	
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9	6.0	
Dependência Administrativa											
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	4.0	4.3	4.7	5.0	6.1	
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	3.5	3.8	4.2	4.5	5.7	
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.0	6.3	6.6	6.8	7.5	
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8	

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta. Fonte: Saeb e Censo Escolar.

Anos Finais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado					Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021	
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	3.5	3.7	3.9	4.4	5.5	
	Dependência Administrativa										
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	3.3	3.5	3.8	4.2	5.3	
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	3.1	3.3	3.5	3.9	5.1	
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	5.8	6.0	6.2	6.5	7.3	
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	3.3	3.4	3.7	4.1	5.2	

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta. Fonte: Saeb e Censo Escolar.

Ensino Médio

	IDEB Observado					Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021	
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	5.2	
	Dependência Administrativa										
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.3	3.6	4.9	
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.6	5.7	5.8	6.0	7.0	
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.4	3.6	4.9	

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta. Fonte: Saeb e Censo Escolar.

Causas históricas

- No passado próximo, o Brasil fez algumas "opções" que ainda hoje reverberam no cenário educacional.
- O Fundef, que centralizou os investimentos em uma determinada etapa da educação brasileira, por um período de tempo considerável, é um exemplo clássico.
- Hoje temos alguns desdobramentos das "opções" feitas, como a falta de investimento em educação infantil; valorização dos profissionais da educação básica; melhoria da infraestrutura, materiais e insumos; gestão democrática; etc. Algumas dessas inovações/ ampliações tardaram a chegar e hoje colhemos os resultados desse "atraso".
- Outro exemplo clássico, são os vetos em alguns artigos importantes da Lei que instituiu o PNE 2001/2011, que já nasceu sem condições de ser implementado.
- Um outro fator que prejudica a implementação de políticas públicas é a falta de regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados.

Tempo presente com o olhar voltado para o futuro

- E então, onde estamos?
- Alguns aspectos no contexto da educação pública brasileira apontam para um futuro mais promissor, se fizermos o que precisa ser feito.
- A seguir, elencaremos dois contextos, cada um com os devidos desdobramentos, que consideramos cruciais para avançarmos nos índices da educação brasileira:
 - 1) regulamentação do PNE;
 - 2) revisão do Fundeb.

Sistema Nacional de Educação

 O documento referência da Conae 2014 traduziu de maneira objetiva o por quê de se ter um SNE efetivo.

"A despeito dos avanços legais, o panorama brasileiro continua apresentando desigualdades no acesso, qualidade e permanência de estudantes, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação. Para a efetiva garantia desse direito fazem-se necessárias políticas e gestões que visem à superação do cenário, requerendo a construção do SNE e do PNE como política de Estado, consolidado na organicidade entre os processos, na organização, regulação, ação sistêmica e no financiamento."

Em síntese, se não houver uma organicidade minimamente estruturada entre os entes federados, dificilmente, haverá condições de superar os desafios da educação brasileira.

CAQi e CAQ

- Pressupostos legais já existem: CF 88 e LDB.
- A base tem de ser o estudo realizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
- Faz-se necessário continuar com as ações de advocacy para estabelecer e implementar o CAQi da educação pública, a exemplo do que foi deliberado pela Coneb e pelas Conae.
- Parecer 8/ 2010 do CNE já estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei nº 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública necessita homologação.
- Pesquisa da Undime sobre Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros - 2009 também indicou parâmetros para uma educação de qualidade.

Regime de colaboração

- O regime de colaboração necessita ser urgentemente regulamentado.
- Houve alguns avanços na última década, entretanto, os estímulos por parte da União se deu por meio de programas, tais como: Brasil Carinhoso, ProInfantil e ProInfância, os quais ajudam, mas não resolvem os problemas dos municípios.
- Os estados precisam assumir suas responsabilidades.
- Desafios referentes à educação infantil, por exemplo, necessitam e muito do regime de colaboração para serem enfrentados.
 - Atendimento noturno, nos finais de semana ou durante todos os meses do ano não competem à educação;
 - Intersetorialidade.

Responsabilidade educacional

- A Undime participou dos debates relacionados ao PL 7420/ 2006, o qual reúne uma série de determinações legais e responsabilidades educacionais já estabelecidas, e prevê sanções financeiras e criminais, além de sobrecarregar o ente federado mais frágil o município. Para a Undime, antes de mais nada é necessário regulamentar o Sistema Nacional de Educação e o Regime de Colaboração.
- Condições para cumprir com as imposições legais: os municípios terão condições de atender os preceitos da nova lei?
- Na Conae de 2010 já havia um debate sobre a LRE, entretanto, no documento final frisou-se que a instituição de Responsabilidade Educacional fosse:
 - "(...) pautada pela garantia de educação democrática e de qualidade como direito social inalienável, por meio das prerrogativas constitucionais, da LDB e do PNE, visando a assegurar **as condições objetivas** para a materialização do direito à educação." (grifo nosso)
- Ou seja, de nada adianta debater responsabilização se as condições objetivas não forem concretizadas na prática.

Nesse debate, sobre Responsabilidade educacional é preciso considerar que:

- não adianta aplicar sanções ao dirigente municipal de educação, se ele não é o gestor direto dos recursos;
- em muitos casos, já existem mecanismos de controle e sanção, como por exemplo, no caso dos convênios;
- os conselhos sociais acompanham a execução das políticas e tais espaços necessitam ser fortalecidos;
- aspectos externos e intersetoriais interferem no processo de ensino-aprendizagem;
- o Ideb trouxe avanços no processo de avaliação das redes, mas ainda possui fragilidades;
- os limites impostos pela LRF impedem determinados ajustes e avanços, como no caso do piso salarial dos profissionais do magistério;
- a discussão da LRE não pode vir dissociada da implementação do CAQi (estudo realizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação que balizou o Parecer 8/ 2010 CEB/ CNE);
- ações civis públicas de responsabilidade educacional são mais coerentes com o contexto educacional brasileiro atual;
- a regulamentação do Regime de Colaboração e do SNE deve anteceder o debate sobre LRE:
- a resolução das questões federativas deve preceder a responsabilização dos gestores das políticas públicas educacionais.

- Constatações:
- ✓ O Fundeb inaugurou uma nova fase na sistemática de financiamento da educação brasileira ao atender etapas e modalidades que não eram cobertas pelo Fundef.
- ✓ Possibilitou uma negociação mais direta entre os entes federados ao estabelecer uma "mesa de negociação", pela Comissão Intergovernamental.
- ✓ Ainda assim, não foi possível definir os per capitas das etapas e modalidades a partir de critérios técnicos.
- Entretanto, alguns problemas são crônicos no âmbito do Fundeb. Vejamos:

Problema 1: perdas com o Fundeb.

- Situação da perda com o Fundeb acontece em municípios de pequeno porte que não têm capacidade técnica e estrutural para ampliar as matrículas de educação infantil.
- Nesses locais dificilmente o Plano Municipal de Educação será suportado pelo orçamento local no tocante às demandas da Rede Municipal de Ensino.

*META 1 do PNE será uma das mais afetadas.

Exemplos – perdas com o Fundeb

Município	Receita destinada ao Fundo Contábil Estadual	Receita com o Fundeb	Perda com o Fundeb		
Alto Paraguai/ MT	1.874.399,73	1.643.200,42	- 231.199,31		
Balsa Nova/ PR	4.857.480,55	4.375.458,01	- 482.022,54		
Adelândia/ GO	1.575.434,43	396.073,93	- 1.179.360,50		
Arambaré/ RS	1.982.316,73	1.008.497,87	- 973.818,86		
Cabixi/ RO	2.136.161,36	1.704.108,27	- 432.053,09		

Fonte: Siope 2013

Problema 2: descompasso entre receitas e despesas.

- ❖ As receitas de janeiro de 2015 em boa parte dos municípios foi menor ou praticamente igual às do mesmo período no ano passado.
- Entretanto, despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino não seguem a mesma tendência.
- Municípios estão sendo pressionados pelos sindicatos para conceder 13,01% de reajuste salarial de forma linear para todos. Argumentam que queda no Fundeb será compensada pelas receitas do petróleo. Mas que receitas são essas?

- E ainda temos as incertezas de 2015:
- ✓ Queda nas receitas;
- Ampliação do gasto com pessoal; e
- ✓ Difícil relação entre gestão e movimento sindical.



- Então, ao revermos o Fundeb, que tem data fim, é necessário considerar os seguintes aspectos:
 - ✓ A educação municipal precisa de um mecanismo mais eficiente para vinculação de recursos.
 - ✓ Os municípios de pequeno porte não podem continuar "perdendo" recursos com o Fundeb.
 - As projeções das estimativas não podem ser distantes das realidades da arrecadação do Fundeb nos municípios.
 - ✓ A equidade na educação somente será possível com a implementação do CAQi e CAQ que são mecanismos eficientes para mudar a lógica do financiamento da educação no Brasil.

Por fim dizer...

- Os resultados do PISA deverão melhorar a longo prazo. Não existe fórmula mágica nesse processo.
- Elencamos aqui, dois aspectos que a nosso ver, são fundamentais para o avanço da educação brasileira de um modo geral, independe de PISA ou não.
- Cada um dos dois aspectos apresentados, se desdobra em outros tantos, o que requer de todos nós, gestores, técnicos, parlamentares, estudiosos, etc., muita atenção e ação colaborativa.

Por fim dizer...

- Algumas considerações a serem feitas ao se analisar os resultados do Ideb:
- provoca as redes a refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem;
- sos resultados de proficiência ainda não trazem para as escolas e os professores uma informação facilmente compreensível;
- não oferece informações suficientes para uma intervenção efetiva e imediata (diagnóstico tardio);
- não contempla a diversidade curricular e cultural.

Obrigada!

Manuelina Cabral

undimenacional@undime.org.br www.undime.org.br

https://www.facebook.com/undime

https://twitter.com/undime

https://www.youtube.com/user/undimenac